

Apresentação

Wendel Henrique

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0615-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

As técnicas, a produção, as indústrias e a cultura possibilitam a incorporação da natureza à vida social. Essa proximidade com a natureza instiga a se pensar cada vez mais seus conteúdos e limites. Este questionamento sobre as relações que os homens estabelecem com a natureza, através das técnicas e da cultura, surgiu em 1999, durante uma disciplina cursada na Unicamp e depois desenvolvida em uma tese de doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho. Esta tese foi defendida junto ao curso de Pós-graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço (UNESP/Rio Claro), e teve as contribuições das Professoras Doutoras Magda Adelaide Lombardo, Vânia Rúbia Farias Vlach e dos Professores Doutores José Francisco e Paulo Roberto Godoy.

Iniciou-se o desvelamento desta problemática com uma postura epistemológica, construindo e reconstruindo as ideias e os conceitos de natureza, a partir das interpretações de Bachelard (1983) sobre a história do conhecimento e das motivações que levam a busca pelas transformações e produção dos pensamentos e das ideias. Este é o caso dos pensamentos, das ideias e dos conceitos de natureza, que surgiram das relações que as sociedades e os homens constituíram na sua história.

Escrevendo sobre as ideias de natureza no curso da história do pensamento humano, Lenoble (1969), afirma que a “palavra” Natureza está empregada para a definição e designação de uma vasta gama de objetos, ações e processos. A explicitação dos conteúdos da Natureza pode ser aparentemente clara, mas esconde armadilhas epistemológicas, que levam a uma complexificação das definições de Natureza e a proliferação do emprego de termos correlatos como natural, ou sobre a natureza das coisas e dos lugares como sinônimos.

Empregamos a mesma palavra para designar a *Natura rerum*, o conjunto das coisas que existem, e essa característica que

particulariza cada uma dessas coisas, 'a sua natureza'; a mesma palavra para definir o estudo do físico, do biólogo ou do químico e essa regra suprema dos costumes a que chamamos o direito natural ou a lei natural; a mesma palavra para recomendar um produto ou um remédio que dizemos 'naturais' e para deixar ao sonho toda a sua liberdade no sentimento da Natureza, a *Einfühlung* da estética alemã. (LENOBLE, 1969, p.199)

Em função desta proliferação de associações da Natureza com diversos objetos e objetivos e a aparente confusão no emprego de suas definições e conteúdos, principalmente no âmbito da Geografia, passou-se a uma pesquisa sobre as teorias e os conceitos construídos ao longo da história sobre a natureza, em bibliotecas do Brasil (UNESP, USP e UNICAMP) e do exterior (EUA, França e Espanha). Também se buscou amarrar esta construção teórica a uma prática, no caso através do estudo dos empreendimentos imobiliários urbanos, localizados principalmente nas cidades de São Paulo/SP, Florianópolis/SC e Salvador/BA. A apropriação e a produção da natureza têm como objetivo a valorização destes referidos empreendimentos, atrelando-os a uma ideia de natureza “sempre verde e tranquila”, isto em alguns casos, em pleno centro da metrópole paulista.

Observa-se o aumento significativo dos empreendimentos imobiliários que usam a “propaganda verde”. Constata-se uma proliferação de nomes como: jardim, parque, vila, reserva, bosque, com o agravante do uso de outros idiomas: *park, jardin, garden, villagio* etc. Desta forma, através de uma visão crítica, se buscou a suplantação dessa ideologia que penetra tais empreendimentos, demonstrando que a natureza na cidade é produto da ação social e histórica do homem, as quais, atualmente, estão repletas das intencionalidades capitalistas. Também há uma preocupação na superação da utilização da natureza como um processo de satisfação individual, vinculado ao consumismo, através da construção de um processo de ação e uso da natureza como uma forma de emancipação coletiva, constituindo no mundo contemporâneo, um direito à natureza na cidade para todos os seus habitantes.

Cabe, neste momento, fazer uma consideração importante: na busca pela história da produção de ideias e conceitos de natureza, procurou-se limitar a abordagem na contribuição da Geografia para esta temática. Mesmo com este campo de atuação delimitado em uma disciplina, buscaram-se outras leituras complementares em diferentes campos do conhecimento, principalmente na Filosofia. Entretanto, estas leituras foram feitas tendo um olhar e interpretação geográfica, pois a proposta, desde o início, não foi a realização de uma filosofia da natureza. O que se pretende é uma interpretação geográfica das ideias e conceitos de natureza produzidos ao longo da história humana, visando à dissipação da ideologia que dificulta

a compreensão do processo de apropriação destas ideias nos empreendimentos imobiliários urbanos no momento histórico atual.

Salienta-se que este trabalho não é uma busca pela definição do que é natureza, como um conceito fechado, mas sim uma busca pelos conteúdos que preenchem as ideias e conceitos sobre a mesma, tanto ao longo da história como em nossos dias. Em todos os períodos da história da humanidade, a forma de relações, quer seja entre a natureza e o homem, entre o homem e a natureza ou entre o homem e o território (aí inserida a natureza), tem vínculos com as ideias e práticas que se estabelecem. O que se apresenta aqui é uma das possibilidades encontradas ao longo do trabalho.

Para compreender melhor todos esses processos envolvendo a Natureza, a Cidade e os Empreendimentos Imobiliários, dividiu-se este livro em duas partes. A primeira parte relativa ao estudo epistemológico e a periodização das ideias e conceitos de natureza. A segunda parte, relacionada à especificidade da natureza na cidade e sua apropriação pelos empreendimentos imobiliários.

Iniciamos no capítulo I, *A Cidade e a Natureza*, com um panorama das relações entre a cidade e a natureza, tomadas principalmente a partir da ideologia do consumo presente no mundo contemporâneo.

No capítulo II, *Uma Periodização para Compreender as Relações entre a Cidade e a Natureza*, constitui-se no embasamento metodológico da pesquisa elaborada e apresenta uma proposta de periodização das ideias de natureza para o mundo ocidental.

O capítulo III, *A Natureza e o Homem*, marca um primeiro período em que as condições colocadas pela natureza eram mais fortes que a ação do homem. Dentro deste período, encontram-se duas divisões: um Período Clássico e um Período Teológico, onde as fontes de informações foram, respectivamente, os Filósofos Estóicos e a Bíblia.

No capítulo IV, *O Homem e a Natureza*, assinala-se a mudança na posição do homem frente à natureza, quando os homens passam a superar os condicionamentos impostos pela natureza. Nesse momento das relações entre o Homem e a Natureza, define-se dois períodos: um denominado como Período dos Descobrimentos e o outro como Período da Incorporação. A bibliografia chave para entendimentos destes períodos é composta por obras de Francis Bacon, Emmanuel Kant, Conde Buffon, Karl Marx, Friedrich Engels, George Marsh e Élisée Reclus.

O capítulo V, *O Homem e o Território*, trata da apropriação da natureza pela sociedade atual. A natureza é incorporada ao território, passando a ser um elemento do espaço produzido e usado. Define-se este período como Período da Produção [da Natureza] e as referências fundamentais são Milton Santos e David Harvey.

A segunda parte do livro se inicia no capítulo VI, *A Cidade e a Natureza*, no qual é abordado a aproximação entre a cidade e a natureza na história do urbanismo e também a mercantilização da natureza na cidade no período atual.

O capítulo VII, *Um bosque para chamar de meu. A apropriação da natureza pelos empreendimentos imobiliários urbanos*, focaliza alguns estudos de caso que foram observados nas cidades de São Paulo/SP, Florianópolis/SC e Salvador/BA.

As proposições e as sínteses da base teórica do trabalho aos estudos de caso, se constituem no conteúdo do capítulo denominado *O Direito à Natureza na Cidade. Da (des)ideologização da prática para a consciência crítica da praxis na relação com a natureza*. Nesse capítulo, se recupera a ideia da extensão da natureza a toda cidade e não seu enclausuramento nos condomínios de alto padrão, através de dez proposições e de formas de utilização coletiva da natureza na cidade.

No processo de elaboração da tese, o auxílio da CAPES, através de uma bolsa de Doutorado, permitiu a dedicação completa à pesquisa. A partir de agosto de 2008, para aprofundamento da temática deste livro para Salvador e Região Metropolitana, deve-se agradecer aos recursos financeiros recebidos do CNPq, a partir de projeto de pesquisa aprovado no Edital de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, bem como as bolsas de Iniciação Científica da FAPESB, no período 2007/2008.